

**O golpe político-institucional e o desmonte da
Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**

**El golpe político-institucional y el desmonte de la
Empresa Brasil de Comunicación (EBC)**

**The political-institutional coup and the dismantling of
Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**

Ivonete da Silva Lopes

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora na Universidade Federal de Viçosa (UFV)- Brasil.

Contato: ivonetesilvalopes@gmail.com

Resumo

Dois anos depois da instauração do golpe político-institucional que culminou no impedimento da presidenta Dilma Rousseff (2010–2016), o Brasil sofre com retrocessos sociais, como a redução dos direitos trabalhistas e dos serviços públicos. Nesse contexto, o governo Michel Temer aumentou o investimento feito em publicidade na mídia hegemônica, facilitou o processo para a renovação das outorgas e, na tentativa de evitar vozes dissonantes, vem precarizando a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Baseado em pesquisa documental, este artigo traz uma reflexão sobre o desmonte da comunicação pública brasileira, que tem sido realizado pela extinção do mecanismo de participação social, com cortes significativos no orçamento.

Palavras-chave: Comunicação pública. Golpe político-institucional. EBC.

Resumen

Dos años después de la instauración del golpe político-institucional, que culminó en el impedimento de la presidenta Dilma Rouseff (2010-2016), Brasil sufre con retrocesos sociales, como la reducción de los derechos laborales y de los servicios públicos. En este contexto, el gobierno Michel Temer aumentó la inversión en publicidad en los medios hegemónicos, facilitó el proceso para la renovación de los otorgamientos y, en el intento de evitar voces disonantes, viene precarizando a la Empresa Brasil de Comunicación (EBC). En base a la investigación documental, este artículo trae una reflexión sobre el desmonte de la comunicación pública brasileña, que ha sido realizado por la extinción del mecanismo de participación social y con reducción significativa en el presupuesto.

Palabras clave: Comunicación pública; Golpe político-institucional; EBC.

Abstract

Two years after the political-institutional coup that led to President Dilma Rousseff's (2010-2016) impeachment, Brazil suffers from social setbacks such as the reduction of labor rights and public services. In this context, Michel Temer's government increased investment in advertising in the hegemonic media, facilitated the process for renewal of television license concessions and, in an attempt to avoid dissonant voices, is making the Empresa Brasil de Comunicação (EBC) precarious. Based on documentary research, this article brings a reflection on the dismantling of the Brazilian public communication through the extinction of the mechanism of social participation and significant cuts in budget.

Keywords: Public communication. Political-institutional coup. EBC.

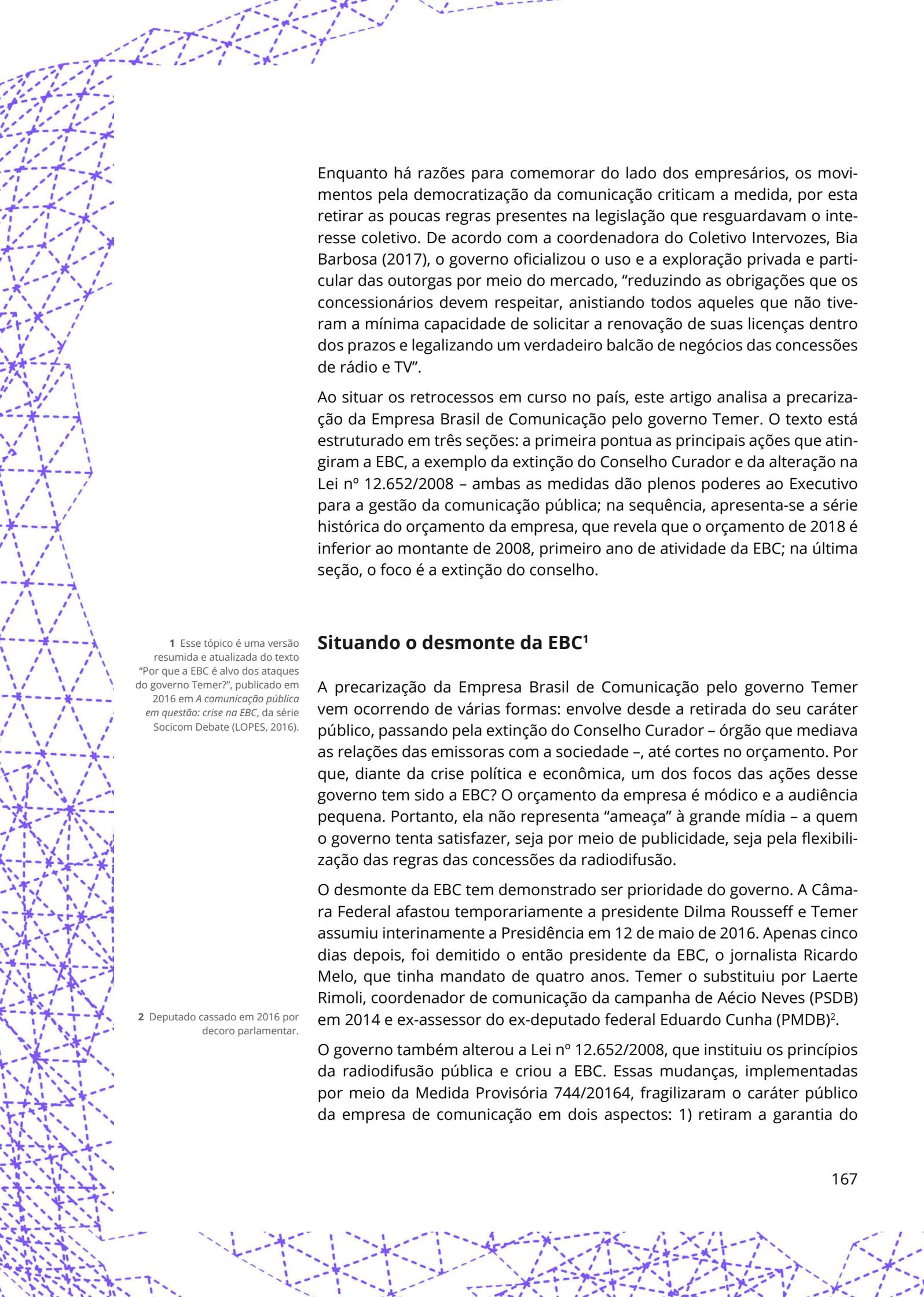
Introdução

A precarização que vem ocorrendo na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) não é um fato isolado desde a instauração do golpe político-institucional, considerado como o resultado de manobras do Parlamento e de elites que comandam diversas instituições (mídia, Poder Judiciário e organizações empresariais) para afastar, sem provas de crime, a ex-presidente Dilma Rousseff (2010–2016). Coadunam-se ao desmonte da EBC ações que reduzem os direitos sociais, a exemplo da reforma trabalhista aprovada em 2017, da redução do orçamento público para os serviços de saúde e educação, e da reforma previdenciária, ainda em discussão.

Nesse contexto, a comunicação ocupa posição central para se pensarem as relações socioeconômicas, especialmente entre a mídia hegemônica, o governo e o mercado. A administração Temer encontra-se fragilizada, por ser considerada ilegítima por uma parcela da população, pelas denúncias de corrupção e por tentar aprovar pautas antipopulares, o que vêm resultando em grande rejeição popular. O índice de reprovação do governo Temer ultrapassa os 70% em várias pesquisas, pior desempenho registrado por um governante desde o fim da ditadura (GADELHA; TRUFI, 2017).

Diante dessa situação, o governo utiliza, como estratégia, a persuasão por meio de propaganda, na tentativa de conquistar a adesão da sociedade às contrarreformas em curso. Por isso, tem aumentado significativamente as despesas com publicidade. Somente em 2017, na tentativa de conseguir a aprovação da reforma da previdência, foram gastos R\$ 100 milhões em publicidade dos R\$ 180 milhões previstos para essa área (PRAZERES, 2017). Foram muitas as manchetes nesses dois anos indicando recorde na destinação de recursos para a mídia hegemônica. No dia 10 de abril de 2018, o governo publicou a portaria nº 75 que transferiu R\$ 208,9 milhões de programas de combate à violência contra a mulher, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Sistema Único de Saúde (SUS) e da geração de emprego e renda. Desse montante, R\$ 203 milhões foram destinados para a comunicação institucional (BRASIL, 2018).

Não bastasse o desembolso recorde de recursos para publicidade para que a grande mídia atue para conformar o imaginário social sobre a necessidade das contrarreformas pretendidas pelo mercado, o governo ainda barganha com os empresários da radiodifusão. A Lei nº 13.424/2017, originada da Medida Provisória 747/2016, possibilita a troca de controle acionário sem autorização do Executivo e anistia aqueles que perderam o prazo de renovação das outorgas. Por essa razão, a medida foi recebida com entusiasmo pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão, segundo o presidente da instituição, Paulo Tonet Camargo: “Hoje o setor de radiodifusão comemora o maior avanço legislativo dos últimos 50 anos” (FARFAN, 2017).



Enquanto há razões para comemorar do lado dos empresários, os movimentos pela democratização da comunicação criticam a medida, por esta retirar as poucas regras presentes na legislação que resguardavam o interesse coletivo. De acordo com a coordenadora do Coletivo Intervozes, Bia Barbosa (2017), o governo oficializou o uso e a exploração privada e particular das outorgas por meio do mercado, “reduzindo as obrigações que os concessionários devem respeitar, anistiando todos aqueles que não tiveram a mínima capacidade de solicitar a renovação de suas licenças dentro dos prazos e legalizando um verdadeiro balcão de negócios das concessões de rádio e TV”.

Ao situar os retrocessos em curso no país, este artigo analisa a precarização da Empresa Brasil de Comunicação pelo governo Temer. O texto está estruturado em três seções: a primeira pontua as principais ações que atingiram a EBC, a exemplo da extinção do Conselho Curador e da alteração na Lei nº 12.652/2008 – ambas as medidas dão plenos poderes ao Executivo para a gestão da comunicação pública; na sequência, apresenta-se a série histórica do orçamento da empresa, que revela que o orçamento de 2018 é inferior ao montante de 2008, primeiro ano de atividade da EBC; na última seção, o foco é a extinção do conselho.

¹ Esse tópico é uma versão resumida e atualizada do texto “Por que a EBC é alvo dos ataques do governo Temer?”, publicado em 2016 em *A comunicação pública em questão: crise na EBC*, da série Socicom Debate (LOPES, 2016).

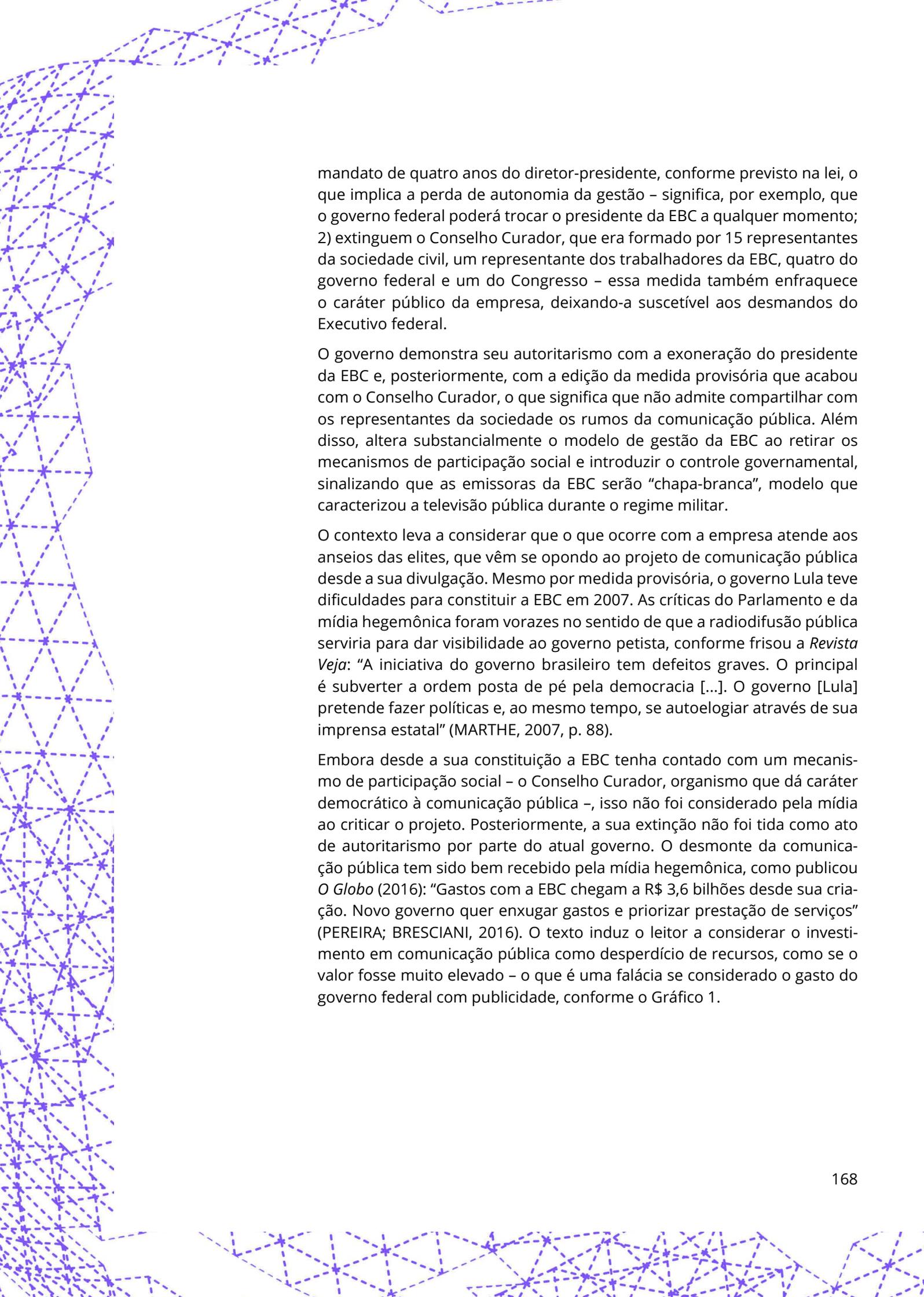
Situando o desmonte da EBC¹

A precarização da Empresa Brasil de Comunicação pelo governo Temer vem ocorrendo de várias formas: envolve desde a retirada do seu caráter público, passando pela extinção do Conselho Curador – órgão que mediava as relações das emissoras com a sociedade –, até cortes no orçamento. Por que, diante da crise política e econômica, um dos focos das ações desse governo tem sido a EBC? O orçamento da empresa é módico e a audiência pequena. Portanto, ela não representa “ameaça” à grande mídia – a quem o governo tenta satisfazer, seja por meio de publicidade, seja pela flexibilização das regras das concessões da radiodifusão.

O desmonte da EBC tem demonstrado ser prioridade do governo. A Câmara Federal afastou temporariamente a presidente Dilma Rousseff e Temer assumiu interinamente a Presidência em 12 de maio de 2016. Apenas cinco dias depois, foi demitido o então presidente da EBC, o jornalista Ricardo Melo, que tinha mandato de quatro anos. Temer o substituiu por Laerte Rimoli, coordenador de comunicação da campanha de Aécio Neves (PSDB) em 2014 e ex-assessor do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB)².

O governo também alterou a Lei nº 12.652/2008, que instituiu os princípios da radiodifusão pública e criou a EBC. Essas mudanças, implementadas por meio da Medida Provisória 744/20164, fragilizaram o caráter público da empresa de comunicação em dois aspectos: 1) retiram a garantia do

² Deputado cassado em 2016 por decoro parlamentar.



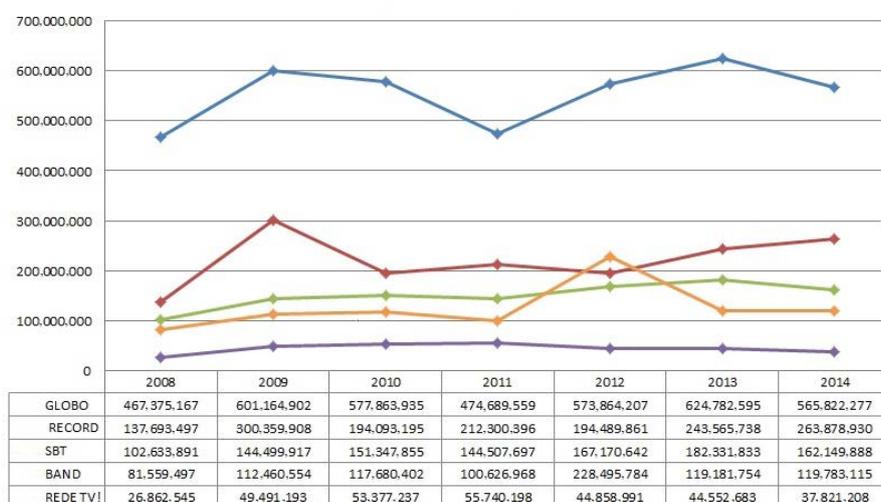
mandato de quatro anos do diretor-presidente, conforme previsto na lei, o que implica a perda de autonomia da gestão – significa, por exemplo, que o governo federal poderá trocar o presidente da EBC a qualquer momento; 2) extinguem o Conselho Curador, que era formado por 15 representantes da sociedade civil, um representante dos trabalhadores da EBC, quatro do governo federal e um do Congresso – essa medida também enfraquece o caráter público da empresa, deixando-a suscetível aos desmandos do Executivo federal.

O governo demonstra seu autoritarismo com a exoneração do presidente da EBC e, posteriormente, com a edição da medida provisória que acabou com o Conselho Curador, o que significa que não admite compartilhar com os representantes da sociedade os rumos da comunicação pública. Além disso, altera substancialmente o modelo de gestão da EBC ao retirar os mecanismos de participação social e introduzir o controle governamental, sinalizando que as emissoras da EBC serão “chapa-branca”, modelo que caracterizou a televisão pública durante o regime militar.

O contexto leva a considerar que o que ocorre com a empresa atende aos anseios das elites, que vêm se opondo ao projeto de comunicação pública desde a sua divulgação. Mesmo por medida provisória, o governo Lula teve dificuldades para constituir a EBC em 2007. As críticas do Parlamento e da mídia hegemônica foram vorazes no sentido de que a radiodifusão pública serviria para dar visibilidade ao governo petista, conforme frisou a *Revista Veja*: “A iniciativa do governo brasileiro tem defeitos graves. O principal é subverter a ordem posta de pé pela democracia [...]. O governo [Lula] pretende fazer políticas e, ao mesmo tempo, se autoelogiar através de sua imprensa estatal” (MARTHE, 2007, p. 88).

Embora desde a sua constituição a EBC tenha contado com um mecanismo de participação social – o Conselho Curador, organismo que dá caráter democrático à comunicação pública –, isso não foi considerado pela mídia ao criticar o projeto. Posteriormente, a sua extinção não foi tida como ato de autoritarismo por parte do atual governo. O desmonte da comunicação pública tem sido bem recebido pela mídia hegemônica, como publicou *O Globo* (2016): “Gastos com a EBC chegam a R\$ 3,6 bilhões desde sua criação. Novo governo quer enxugar gastos e priorizar prestação de serviços” (PEREIRA; BRESCIANI, 2016). O texto induz o leitor a considerar o investimento em comunicação pública como desperdício de recursos, como se o valor fosse muito elevado – o que é uma falácia se considerado o gasto do governo federal com publicidade, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Gastos do governo federal com publicidade entre 2008 e 2014



Fonte: Santos e Lopes (Latin American Perspectives, 2018, p. 147).

O gráfico acima aponta que, entre 2008 e 2014, o governo federal gastou R\$ 7,2 bilhões somente com publicidade nas cinco maiores redes de televisão brasileiras, o dobro do que foi investido em todas as emissoras da EBC. Apenas a Rede Globo recebeu R\$ 3,8 bilhões. No mesmo período, a Petrobras repassou à Globo R\$ 502,3 milhões, enquanto apenas R\$ 32,4 milhões foram destinados à comunicação pública. Diante da disparidade entre a distribuição do orçamento para publicidade, Santos e Lopes (2018) afirmam que o Executivo e as empresas públicas, a exemplo da Petrobras, fizeram a opção política de contribuir com a mídia comercial em prejuízo à EBC.

Financiamento e programação

O modelo de financiamento da radiodifusão pública, historicamente, tem sido fonte de debates, especialmente entre aqueles que defendem o financiamento estatal e os que admitem a inserção de publicidade. Entre os que defendem o financiamento exclusivamente público está Bucci (2013). Um segundo grupo expande um pouco a primeira concepção, levantando que devem ser consideradas outras fontes de financiamento além do Estado, como doações efetuadas por pessoas físicas e jurídicas, taxas que possam ser aplicadas sobre as contas de grandes consumidores, entre outros exemplos (MIGUEL, 2007; LEAL FILHO, 2009).

Dentre os pesquisadores brasileiros, destaca-se o posicionamento contrário à veiculação de publicidade, o que difere da tendência encontrada na América Latina. De acordo com pesquisa realizada por Lopes (2015, p. 40), “a região está seguindo uma tendência mundial com a adoção de financiamento misto ou híbrido, que envolve alguma inserção de publicidade”.

O financiamento misto prevê várias formas de financiamento, inclusive a publicidade para certos gêneros de programação com regulamentação e limite de tempo para inserção (BECERRA et al., 2013; PASQUALI, 1991).

No grupo defensor da ausência de publicidade, o principal argumento pode ser sistematizado pelo pensamento de Leal Filho (2009, p.68), para quem há incompatibilidade entre a veiculação de publicidade e a televisão pública, porque “o apelo ao consumo, conquistado através da emoção, é inconciliável com uma programação mais reflexiva, balizadora do modelo público”. Do outro lado, sustenta-se que “a proibição imposta às empresas públicas de terem acesso ao mercado publicitário estabelece sérias limitações ao seu desenvolvimento, dentro do marco das atuais políticas de redução do gasto público, e gera um privilégio em favor das empresas privadas” (REY, 2002, p. 126).

Com base nessas duas principais concepções de financiamento (público e misto) para a radiodifusão pública e na série histórica do orçamento da Empresa Brasil de Comunicação, neste tópico, o intuito é refletir sobre a insegurança trazida pelo financiamento quase que exclusivamente estatal da EBC. Nos últimos anos, a empresa sofreu reduções significativas no seu orçamento (Quadro 1), que se acentuaram no governo Michel Temer (2016–2018). Cabe destacar que o orçamento da EBC sempre foi modesto, sobrando pouco para investir em novos programas. Entre 2008 e 2013, o maior orçamento para produção foi registrado em 2010, com R\$ 27,9 milhões (LOPES, 2015).

Quadro 1 – Orçamento EBC 2008–2018

ANO	TESOURO (MILHÕES DE R\$)	VARIAÇÃO %
2008	305,4	-
2009	360,0	18
2010	395,5	9,8
2011	461,3	16,6
2012	411,6	-10,7
2013	401,2	-2,5
2014	505,4	26,0
2015	547,6	8,34
2016	352,7	-35,6
2017	282,8	-21,2
2018	245,9	-13,04

Fonte: Lopes (2015) e Portal da Transparência 2018

Na análise da série histórica dos recursos repassados pela União à EBC, pode-se perceber três variações negativas no governo Dilma Rousseff. Em plena crise política, a presidente fez o maior corte dos recursos repas-



sados à radiodifusão pública: o montante foi reduzido de R\$ 547,6 milhões para R\$ 352,7 milhões, o que representou uma queda de 35,6%. Os dois orçamentos sob responsabilidade do governo Temer continuaram restringindo os recursos. Para este ano (2018), está estimado o total de R\$ 245,9 milhões. Ou seja, 10 anos após sua implantação, a empresa está recebendo R\$ 59,5 milhões a menos do que em 2008, quando o repasse foi de R\$ 305,4 milhões.

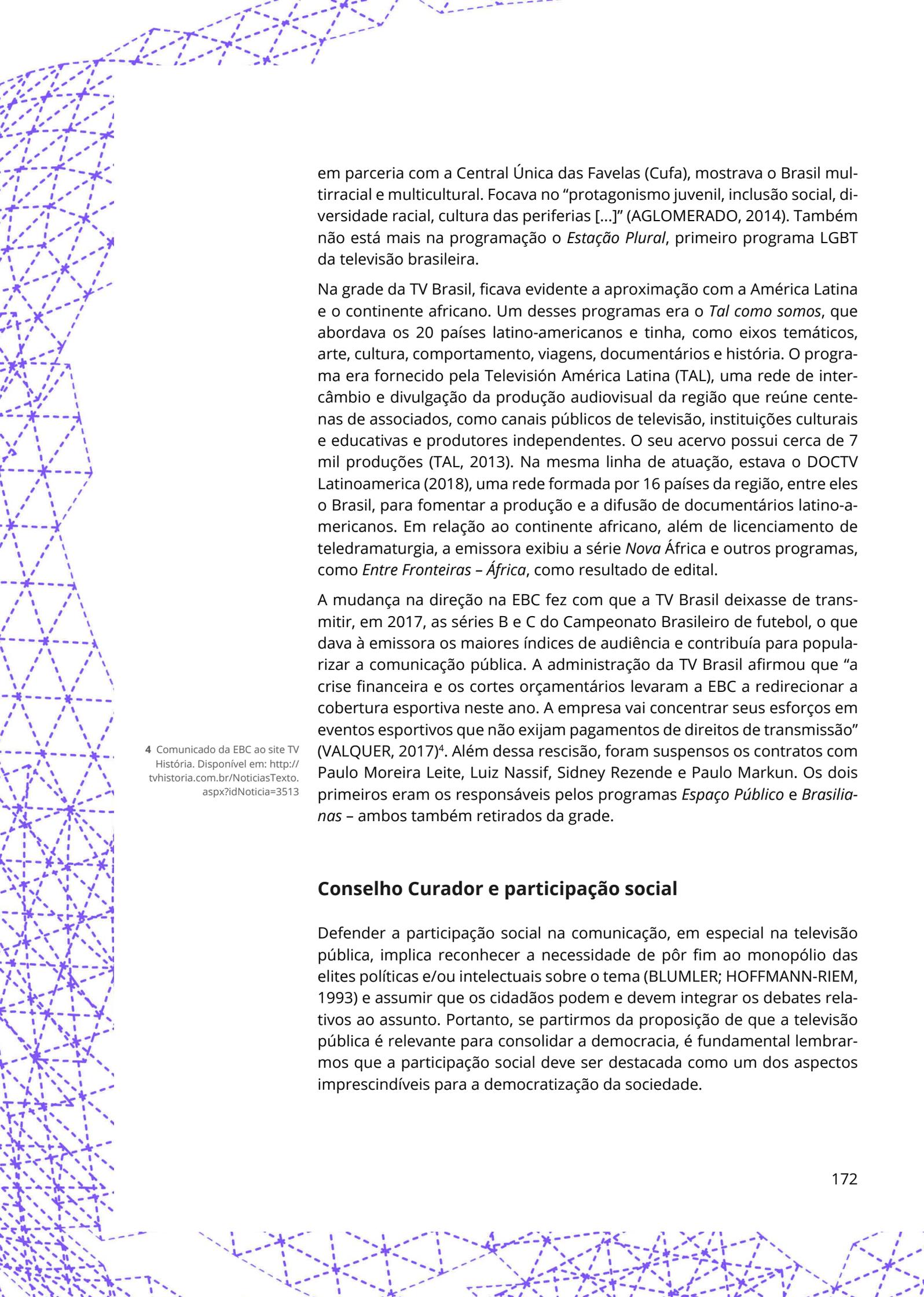
Devido à atual inexistência do plano de trabalho da EBC, documento que a Diretoria Executiva apresentava para discussão e aprovação do Conselho Curador, tornou-se difícil comparar algumas informações. O plano possibilitava à sociedade ter acesso ao relatório de atividades do ano anterior e conhecer as planejadas para o ano vigente. Não se tem mais acesso à evolução dos investimentos em produção, aos licenciamentos, etc. O único documento divulgado pela atual gestão é o Relatório de Administração, que, na edição de 2017, aponta o problema da redução do número de funcionários: de 2.593 (2015) para 2.421 (2017), decréscimo de cerca de 10%. “Esses percentuais refletem a ausência de realização de Concurso Público para substituir os empregados que saíram da Empresa, motivados por demissões, aposentadorias, falecimentos e pela atual política de redução de cargos comissionados” (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2017). Essa situação configura-se como difícil de ser resolvida diante da aprovação, em dezembro de 2016, da Proposta de Emenda à Constituição que congelou os gastos públicos por 20 anos.

A situação vivida pela EBC mostra a fragilidade diante da dependência do orçamento estatal. As oscilações no repasse de recursos pelo governo federal foram registradas, inclusive, quando os governantes eram do mesmo partido político. Como se pode observar, a dotação orçamentária aumentou durante o governo Lula (2002–2010), quando se registrou um crescimento de 51% entre 2008 e 2011. No entanto, no governo Rousseff, os orçamentos entre 2012 e 2016 sofreram redução de 23,5% em comparação com o sucessor. Entre os governos Rousseff e Temer, o encolhimento orçamentário chegou a 30%.

Os cortes restringiram ainda mais a programação da TV Brasil, principal mídia da EBC. A programação parece ter se distanciado da proposta inicial assegurada pela Lei nº 11.652/2008, que rege a EBC/TV Brasil e estabelece como princípio dos canais públicos “fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação” (BRASIL, 2008)³.

³ Artigo 3, inciso III, da Lei nº 11.652 de 2008.

Programas como *Ver TV* e *Observatório da Imprensa*, que discutiam criticamente a atuação da mídia na sociedade brasileira, não fazem mais parte da grade da emissora. A programação perdeu muito em relação à diversidade dos conteúdos. O programa *Aglomerado*, que era realizado pela TV Brasil



em parceria com a Central Única das Favelas (Cufa), mostrava o Brasil multirracial e multicultural. Focava no “protagonismo juvenil, inclusão social, diversidade racial, cultura das periferias [...]” (AGLOMERADO, 2014). Também não está mais na programação o *Estação Plural*, primeiro programa LGBT da televisão brasileira.

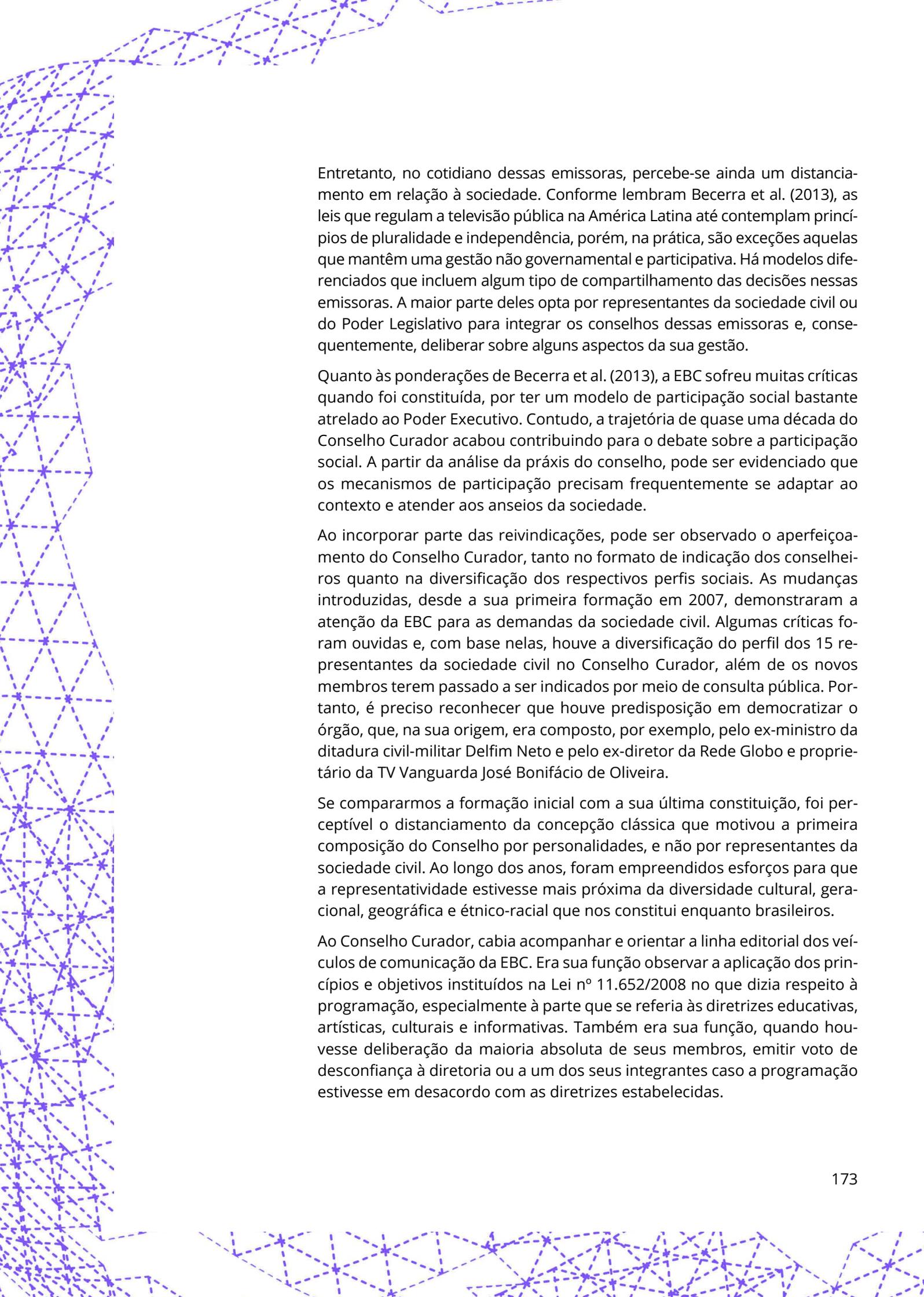
Na grade da TV Brasil, ficava evidente a aproximação com a América Latina e o continente africano. Um desses programas era o *Tal como somos*, que abordava os 20 países latino-americanos e tinha, como eixos temáticos, arte, cultura, comportamento, viagens, documentários e história. O programa era fornecido pela Televisión América Latina (TAL), uma rede de intercâmbio e divulgação da produção audiovisual da região que reúne centenas de associados, como canais públicos de televisão, instituições culturais e educativas e produtores independentes. O seu acervo possui cerca de 7 mil produções (TAL, 2013). Na mesma linha de atuação, estava o DOCTV Latinoamerica (2018), uma rede formada por 16 países da região, entre eles o Brasil, para fomentar a produção e a difusão de documentários latino-americanos. Em relação ao continente africano, além de licenciamento de teledramaturgia, a emissora exibiu a série *Nova África* e outros programas, como *Entre Fronteiras – África*, como resultado de edital.

A mudança na direção na EBC fez com que a TV Brasil deixasse de transmitir, em 2017, as séries B e C do Campeonato Brasileiro de futebol, o que dava à emissora os maiores índices de audiência e contribuía para popularizar a comunicação pública. A administração da TV Brasil afirmou que “a crise financeira e os cortes orçamentários levaram a EBC a redirecionar a cobertura esportiva neste ano. A empresa vai concentrar seus esforços em eventos esportivos que não exijam pagamentos de direitos de transmissão” (VALQUER, 2017)⁴. Além dessa rescisão, foram suspensos os contratos com Paulo Moreira Leite, Luiz Nassif, Sidney Rezende e Paulo Markun. Os dois primeiros eram os responsáveis pelos programas *Espaço Público* e *Brasilianas* – ambos também retirados da grade.

4 Comunicado da EBC ao site TV História. Disponível em: <http://tvhistoria.com.br/NoticiasTexto.aspx?idNoticia=3513>

Conselho Curador e participação social

Defender a participação social na comunicação, em especial na televisão pública, implica reconhecer a necessidade de pôr fim ao monopólio das elites políticas e/ou intelectuais sobre o tema (BLUMLER; HOFFMANN-RIEM, 1993) e assumir que os cidadãos podem e devem integrar os debates relativos ao assunto. Portanto, se partirmos da proposição de que a televisão pública é relevante para consolidar a democracia, é fundamental lembrarmos que a participação social deve ser destacada como um dos aspectos imprescindíveis para a democratização da sociedade.



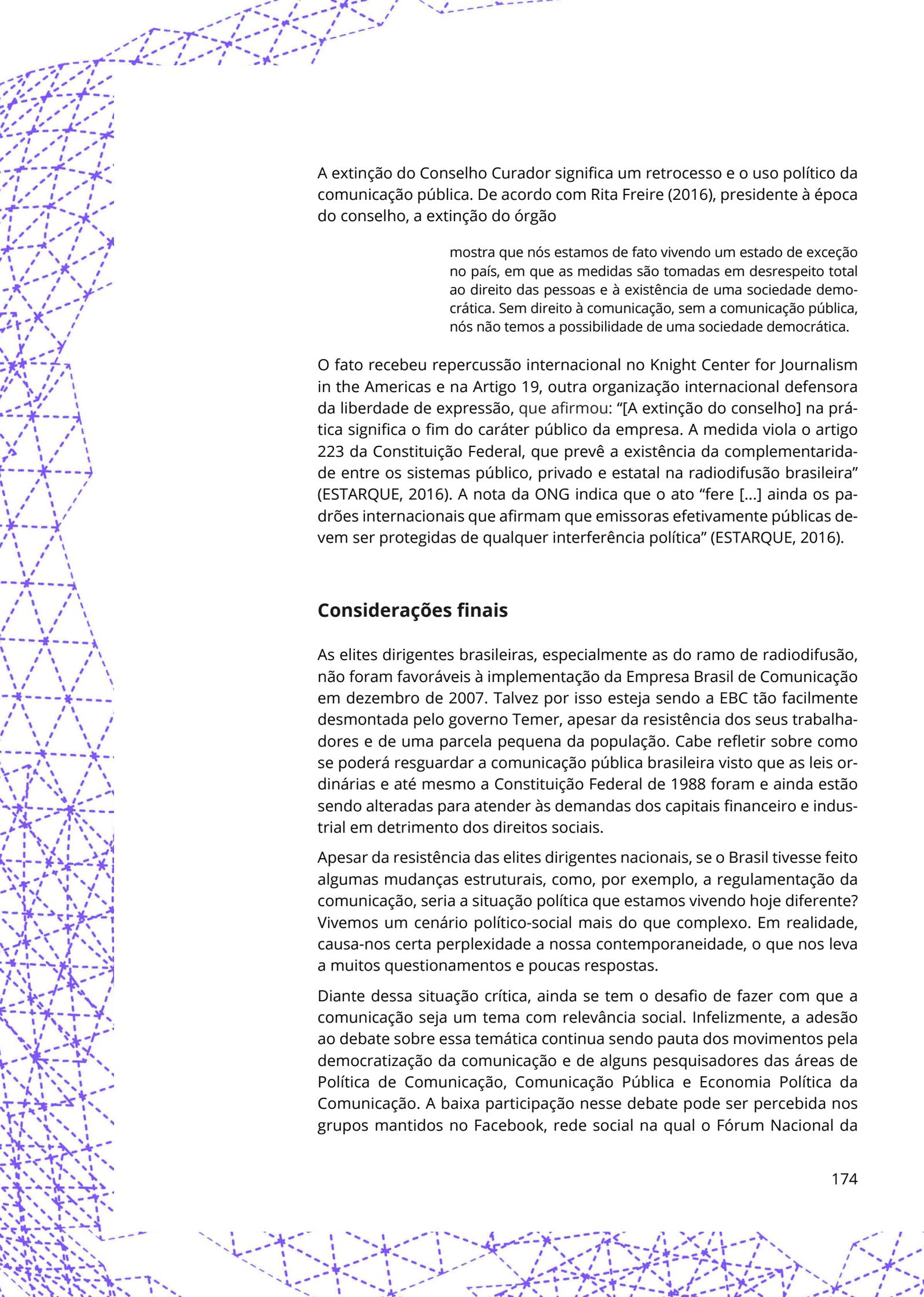
Entretanto, no cotidiano dessas emissoras, percebe-se ainda um distanciamento em relação à sociedade. Conforme lembram Becerra et al. (2013), as leis que regulam a televisão pública na América Latina até contemplam princípios de pluralidade e independência, porém, na prática, são exceções aquelas que mantêm uma gestão não governamental e participativa. Há modelos diferenciados que incluem algum tipo de compartilhamento das decisões nessas emissoras. A maior parte deles opta por representantes da sociedade civil ou do Poder Legislativo para integrar os conselhos dessas emissoras e, consequentemente, deliberar sobre alguns aspectos da sua gestão.

Quanto às ponderações de Becerra et al. (2013), a EBC sofreu muitas críticas quando foi constituída, por ter um modelo de participação social bastante atrelado ao Poder Executivo. Contudo, a trajetória de quase uma década do Conselho Curador acabou contribuindo para o debate sobre a participação social. A partir da análise da práxis do conselho, pode ser evidenciado que os mecanismos de participação precisam frequentemente se adaptar ao contexto e atender aos anseios da sociedade.

Ao incorporar parte das reivindicações, pode ser observado o aperfeiçoamento do Conselho Curador, tanto no formato de indicação dos conselheiros quanto na diversificação dos respectivos perfis sociais. As mudanças introduzidas, desde a sua primeira formação em 2007, demonstraram a atenção da EBC para as demandas da sociedade civil. Algumas críticas foram ouvidas e, com base nelas, houve a diversificação do perfil dos 15 representantes da sociedade civil no Conselho Curador, além de os novos membros terem passado a ser indicados por meio de consulta pública. Portanto, é preciso reconhecer que houve predisposição em democratizar o órgão, que, na sua origem, era composto, por exemplo, pelo ex-ministro da ditadura civil-militar Delfim Neto e pelo ex-diretor da Rede Globo e proprietário da TV Vanguarda José Bonifácio de Oliveira.

Se compararmos a formação inicial com a sua última constituição, foi perceptível o distanciamento da concepção clássica que motivou a primeira composição do Conselho por personalidades, e não por representantes da sociedade civil. Ao longo dos anos, foram empreendidos esforços para que a representatividade estivesse mais próxima da diversidade cultural, geracional, geográfica e étnico-racial que nos constitui enquanto brasileiros.

Ao Conselho Curador, cabia acompanhar e orientar a linha editorial dos veículos de comunicação da EBC. Era sua função observar a aplicação dos princípios e objetivos instituídos na Lei nº 11.652/2008 no que dizia respeito à programação, especialmente à parte que se referia às diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas. Também era sua função, quando houvesse deliberação da maioria absoluta de seus membros, emitir voto de desconfiança à diretoria ou a um dos seus integrantes caso a programação estivesse em desacordo com as diretrizes estabelecidas.



A extinção do Conselho Curador significa um retrocesso e o uso político da comunicação pública. De acordo com Rita Freire (2016), presidente à época do conselho, a extinção do órgão

mostra que nós estamos de fato vivendo um estado de exceção no país, em que as medidas são tomadas em desrespeito total ao direito das pessoas e à existência de uma sociedade democrática. Sem direito à comunicação, sem a comunicação pública, nós não temos a possibilidade de uma sociedade democrática.

O fato recebeu repercussão internacional no Knight Center for Journalism in the Americas e na Artigo 19, outra organização internacional defensora da liberdade de expressão, que afirmou: “[A extinção do conselho] na prática significa o fim do caráter público da empresa. A medida viola o artigo 223 da Constituição Federal, que prevê a existência da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal na radiodifusão brasileira” (ESTARQUE, 2016). A nota da ONG indica que o ato “fere [...] ainda os padrões internacionais que afirmam que emissoras efetivamente públicas devem ser protegidas de qualquer interferência política” (ESTARQUE, 2016).

Considerações finais

As elites dirigentes brasileiras, especialmente as do ramo de radiodifusão, não foram favoráveis à implementação da Empresa Brasil de Comunicação em dezembro de 2007. Talvez por isso esteja sendo a EBC tão facilmente desmontada pelo governo Temer, apesar da resistência dos seus trabalhadores e de uma parcela pequena da população. Cabe refletir sobre como se poderá resguardar a comunicação pública brasileira visto que as leis ordinárias e até mesmo a Constituição Federal de 1988 foram e ainda estão sendo alteradas para atender às demandas dos capitais financeiro e industrial em detrimento dos direitos sociais.

Apesar da resistência das elites dirigentes nacionais, se o Brasil tivesse feito algumas mudanças estruturais, como, por exemplo, a regulamentação da comunicação, seria a situação política que estamos vivendo hoje diferente? Vivemos um cenário político-social mais do que complexo. Em realidade, causa-nos certa perplexidade a nossa contemporaneidade, o que nos leva a muitos questionamentos e poucas respostas.

Diante dessa situação crítica, ainda se tem o desafio de fazer com que a comunicação seja um tema com relevância social. Infelizmente, a adesão ao debate sobre essa temática continua sendo pauta dos movimentos pela democratização da comunicação e de alguns pesquisadores das áreas de Política de Comunicação, Comunicação Pública e Economia Política da Comunicação. A baixa participação nesse debate pode ser percebida nos grupos mantidos no Facebook, rede social na qual o Fórum Nacional da

Democratização da Comunicação tem 20,4 mil seguidores; o Coletivo Intervenções, 8 mil; e a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, 16 mil. Esses números estão bem abaixo dos de outras causas sociais com página na mesma rede social, como o Levante da Juventude (355 mil), a União Nacional dos Estudantes (350 mil) e o Geledés Instituto da Mulher Negra (665 mil).

Referências

AGLOMERADO. Sobre o programa. **TV Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/aglomerado>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BECERRA, Martín et al. **El renacimiento de la televisión pública en América Latina**. Buenos Aires: Tecnos, 2013.

BLUMLER, Jay; HOFFMAN-RIEM, Wolfgang. Hacia una nueva responsabilidad pública em la televisión. In: BLUMLER, Jay (Ed.). **Televisión y interés público**. Barcelona: Bosch, 1993. p. 277-290.

BUCCI, Eugênio. Sobre a independência das emissoras públicas no Brasil. **Eptic**, Aracaju, v. 15, n. 2, p. 121-136, 2013.

BARBOSA, Bia. O escárnio de Temer com as concessões de rádio e TV. **Carta Capital**, São Paulo, 29 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervenções/o-escarnio-de-temer-com-as-concessões-de-ra-dio-e-tv>> Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Portaria nº 75/2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 49-53, 11 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-aneis/2018/legislacao/alteracoes/portaria-mp-no-75-de-10-de-abril-de-2018.pdf/view>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

DOCTV Latinoamerica. 2018. Disponível em: < <http://doctvlatinoamerica.org/espantapajaros/> >. Acesso em: 20 abr. 2018.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Demonstração financeira**. 31 dez. 2017. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/demonstracao_dos_fluxos_de_caixa.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ESTARQUE, Marina. Governo do Brasil retira autonomia da EBC, empresa de emissoras estatais, e tenta de novo mudar seu presidente. **Knight Center for Journalism in The Americas**. 5 set. 2016. Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-17450-governo-do-brasil-muda-estrutura-da-ebc-empresa-que-administra-emissoras-estatais>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FARFAN, Tainá. É lei: MP 747 é sancionada pelo presidente Michel Temer. **Abert**. 28 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.abert.org.br/web/index>>.

php/notmenu/item/25556-e-lei-mp-747-e-sancionada-pelo-presidente-michel-temer>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GADELHA, Igor; TRUFFI, Renan. Pesquisa mostra Temer com a pior aprovação da série histórica. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-mostra-temer-com-a-pior-aprovacao-da-serie-historica,70002007265>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GOVERNO Temer retira verba de área social para publicidade. **Carta Capital**, São Paulo, 20 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-tira-verba-de-areas-sociais-e-manda-para-publicidade-da-presidencia>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

LEAL FILHO, Laurindo. A televisão pública brasileira, um vazio histórico. In: HAUSSEN, Doris Fagundes; BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Economia Política, comunicação e cultura**: aportes teóricos e temas emergentes na agenda política brasileira. v. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 57-72.

LOPES, Ivonete da Silva. Por que a EBC é alvo dos ataques governo Temer? In: LOPES, Ruy S. (Org.). **A comunicação pública em questão**: crise na EBC. São Paulo: Socicom, 2016. **Série** Socicom Debate.p.31-39. Disponível em: <http://www.socicom.org.br/files/SOCICOM_EBC_baixar.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Televisão pública e modelos de financiamento: análise do caso brasileiro. **Revista Eptic**, v. 17, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/3342/pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

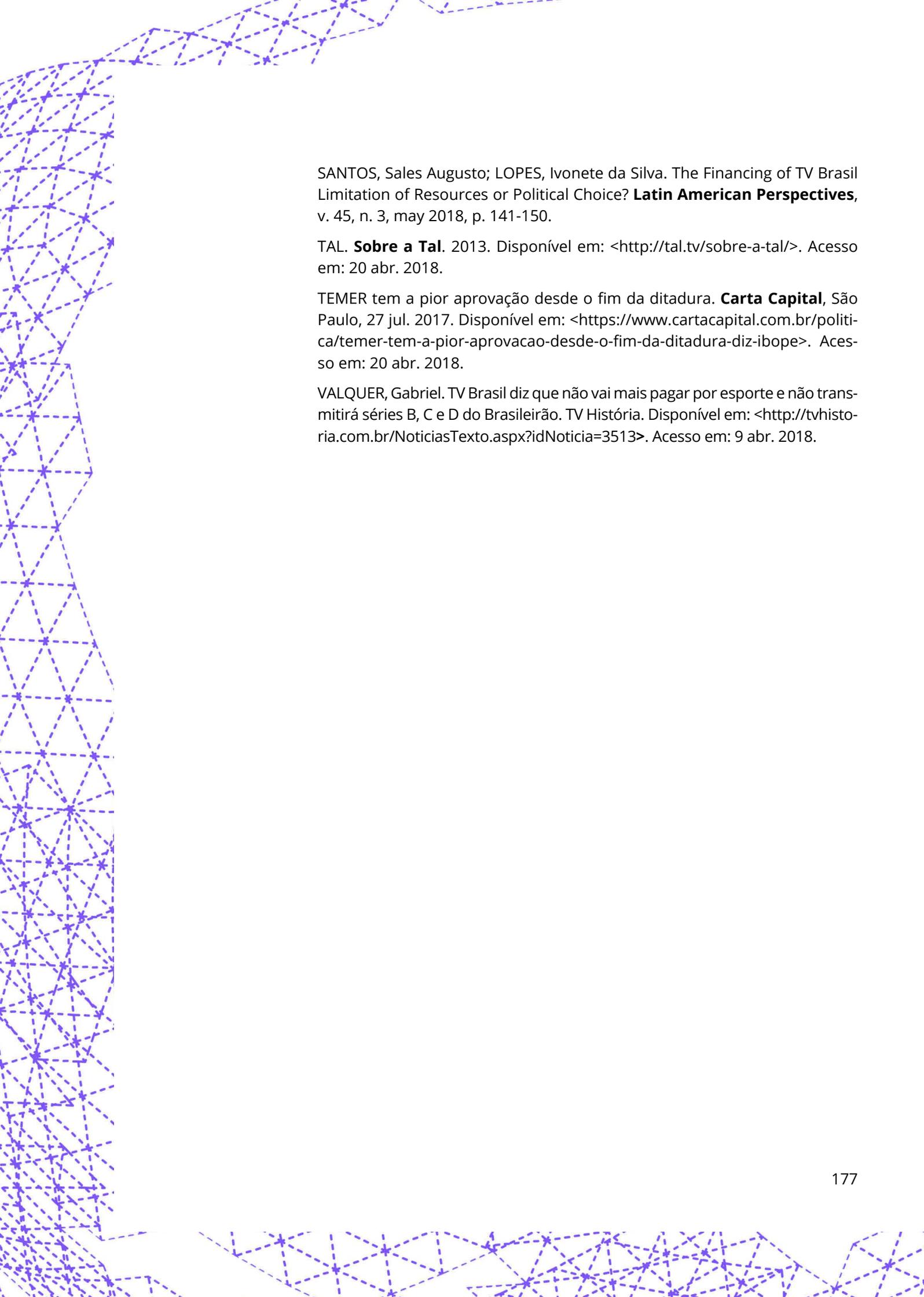
MIGUEL, Luís Felipe. Alternativas na pauta. In: GUERRA, Adriano (Ed.). **Mídia e políticas públicas de comunicação**. Brasília: Andi, 2007. p. 193-198. Disponível em: <http://www.andi.org.br/_pdfs/midia_ppc.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

PASQUALI, Antonio. **El orden reina**. Escritos sobre comunicaciones. Caracas: Monte Avila, 1991.

PEREIRA, Paulo Celso; BRESCIANI, Eduardo. Gastos com a EBC chegam a R\$ 3,6 bilhões desde sua criação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/gastos-com-ebc-chegam-r-36-bilhoes-desde-sua-criacao-19379523>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PRAZERES, Leandro. Temer gasta R\$ 100 milhões em campanha pela reforma da Previdência. **UOL Notícias**, Brasília, 11 jul. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/07/11/temer-gasta-r-100-milhoes-em-campanha-pela-reforma-da-previdencia.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

REY, German. Panorama: o cenário móvel da televisão pública. Alguns elementos do contexto. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert, 2002. p. 81-128.



SANTOS, Sales Augusto; LOPES, Ivonete da Silva. The Financing of TV Brasil Limitation of Resources or Political Choice? **Latin American Perspectives**, v. 45, n. 3, may 2018, p. 141-150.

TAL. **Sobre a Tal**. 2013. Disponível em: <<http://tal.tv/sobre-a-tal/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

TEMER tem a pior aprovação desde o fim da ditadura. **Carta Capital**, São Paulo, 27 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-tem-a-pior-aprovacao-desde-o-fim-da-ditadura-diz-ibope>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

VALQUER, Gabriel. TV Brasil diz que não vai mais pagar por esporte e não transmitirá séries B, C e D do Brasileirão. TV História. Disponível em: <<http://tvhistoria.com.br/NoticiasTexto.aspx?idNoticia=3513>>. Acesso em: 9 abr. 2018.